

CASTIGO SEM CRIME? RAÍZES DOMÉSTICAS E IMPLICAÇÕES INTERNACIONAIS DA CRISE BRASILEIRA

Punishment without crime? Domestic roots and international implications of Brazilian political crisis

*Eduardo Munhoz Svartman¹
André Luiz Reis da Silva²*

Introdução

Em 17 de abril a Câmara dos Deputados do Brasil votou, por larga maioria, pela instauração do processo de Impeachment da presidente Dilma Rousseff. Rapidamente encaminhado ao Senado, o processo foi apreciado por uma comissão especial e seu parecer deverá ser votado em breve em sessão especial desta Casa. Se aprovado o prosseguimento do processo de impeachment, Dilma Rousseff será afastada do exercício da presidência da república para que, em até 180 dias, o julgamento aconteça. Neste caso, o vice-presidente assume interinamente e, havendo condenação, passa a ser o novo presidente. A rapidez dos acontecimentos que devem conduzir à deposição de uma presidente reeleita há 19 meses e que até 2013 gozava de ampla aprovação é notável. Depois de quatro vitórias eleitorais consecutivas, como é possível tamanho enfraquecimento da coalizão montada em torno dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores? Quais fatores institucionais explicam essa derrota? Quais as implicações internacionais do processo de impeachment em curso? Este artigo pretende explicar as razões da recente crise política brasileira recuperando a atuação dos principais atores envolvidos e seus interesses, busca igualmente verificar as repercussões internacionais e o impacto na agenda externa do Brasil.

A montagem da coalizão petista: uma aliança conservadora para políticas progressistas

Desde a redemocratização o Partido dos Trabalhadores (PT) consolidou um importante eleitorado, especialmente nas regiões sul e sudeste do país, o que lhe permitiu conquistar prefeituras, governos estaduais, bancadas legislativas em todos os níveis e ser sempre um ator importante nas eleições presidenciais. Este eleitorado, de 20 a 30% do total, era composto de trabalhadores organizados em

¹ Doutor em Ciência Política. Pós-doutorado na Elliott School of International Affairs. Professor dos PPG em Ciência Política e em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS/Brasil.(eduardosvartman@gmail.com).

² Doutor em Ciência Política. Pós-doutorado na School of Oriental and African Studies/University of London. Professor do PPG em Ciência Política e Coordenador do PPG em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS/Brasil. (reisdasilva@hotmail.com).

movimentos sociais e frações da classe média mais instruída. Apesar de ser uma força relevante e de ter estabelecido várias alianças com outros partidos ideologicamente próximos, o PT não foi capaz de eleger Lula presidente do Brasil em 1989, 1994 e 1998. Três derrotas sucessivas (enquanto o partido crescia nos municípios e estados) levaram a uma nova estratégia: buscar uma aliança com partidos conservadores e forças tradicionalmente opostas ao PT, como o grande capital.

Tal aliança, expressa nas figuras de Lula, o metalúrgico, e José Alencar, o industrial, foi possível porque o país vivia uma forte crise econômica, financeira e energética, decorrente das políticas neoliberais que predominaram na década anterior. Setores da indústria brasileira temiam as consequências da “abertura indiscriminada” do mercado brasileiro e da retração do Estado como agente econômico, a classe média ligada às profissões estatais temia pelas reformas que afetavam privilégios, como salários e pensões diferenciados do sistema universal. Com um discurso mais ameno, o compromisso de recuperar a ação indutora do Estado sobre a economia e de promover políticas de inclusão social sem romper com a política financeira monetarista, o PT venceu as eleições de 2002.

Entre vencer as eleições e governar havia uma grande distância. O PT e seus aliados não tinham maioria no fragmentado Congresso brasileiro. Para obtê-la, as tradicionais moedas do presidencialismo de coalizão foram mobilizadas: ministérios, cargos em empresas estatais e postos estratégicos na máquina pública federal, mais uma vez, foram ofertados a congressistas sem qualquer identidade ideológica com o governo. Gradualmente, o PMDB (derrotado junto com PSDB nas últimas eleições) e outros partidos menores foram sendo incorporados à coalizão governista. Em síntese, a heterogênea aliança que permitiu os governos do PT combinava a manutenção no poder de segmentos tradicionais e conservadores da política brasileira com a implantação de políticas progressistas de inclusão social e de recuperação da capacidade estatal. Para viabilizar o pacto, uma terceira moeda, a provisão de recursos ilegais para financiar campanhas eleitorais (e enriquecimento ilícito) de aliados, oriundos de empresas contratadas pelo serviço público, também foi utilizada. A prática não era nova e nem exclusividade da coalizão, mas sua descoberta, investigação e julgamento foram a primeira grande ferida do PT, o que lhe custou dirigentes importantes e o início da perda de credibilidade na classe média. O carisma de Lula, o bom desempenho econômico e os primeiros frutos das políticas de inclusão social e de implantação de um modelo otimista de indução dos agentes de mercado a partir da ação estatal garantiram a manutenção do pacto e uma segunda vitória ao PT. Nas eleições de 2006 um fenômeno novo começa a se configurar no eleitorado petista: observa-se a expansão de votos entre os setores subalternos da sociedade, tanto de regiões mais pobres e atrasadas do país quanto da periferia das grandes cidades, e uma contração entre os eleitores da classe média e de trabalhadores sindicalizados.

Escândalos de corrupção e a reforma da previdência alienaram uma parte do eleitorado e da base parlamentar; contudo, a resposta do governo à crise global de 2008, com políticas anticíclicas de estímulo ao consumo doméstico, obras de infraestrutura e a continuidade de programas sociais bem sucedidos como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, com impacto positivo na economia, garantiram a terceira vitória ao Partido dos Trabalhadores. Essa vitória levou à presidência Dilma Rousseff, ex-ministra das Minas e Energia

e da Casa Civil. A aliança eleitoral envolvendo 10 partidos políticos, que também visava garantir maioria no Congresso, dava a vice-presidência ao PMDB, que indicou o ex-presidente da Câmara, Michel Temer.

A lenta implosão da aliança

Desde o início o governo Dilma teve dificuldades para administrar a base aliada, inclusive no PT, onde sempre houve resistência ao seu nome. Já nos seus primeiros meses o governo enfrentou uma série de denúncias de corrupção que derrubou sete ministros (dois do PMDB, e do PP, PR, PDT, PCdoB e PT um de cada). Este foi o primeiro grande abalo na coalizão, uma vez que a presidente não interpôs obstáculos à investigação de atos de corrupção de seus assessores. Pelo contrário, várias medidas foram tomadas para tornar a administração federal mais transparente e responsiva, entre elas o fortalecimento da Polícia Federal, a “lei de lavagem de dinheiro” (12.683/2012), a “lei anticorrupção” (12.846/2013) e a “lei de delação premiada” (12.850/2013). As duas últimas, em parte, foram resposta às ondas de manifestações de rua que varreram o país em 2013. Inicialmente um processo espontâneo, policêntrico e com agendas variadas (tarifas de transporte público urbano, remoção de populações por conta de obras da Copa do Mundo, insatisfação com os gastos e atrasos nas obras dos estádios, poderes do Ministério Público, entre outras), as manifestações acabaram engolfadas por grupos conservadores e por vezes violentos e pelo sentimento de insatisfação com a corrupção. Na esteira do processo, a principal vítima das manifestações acabou sendo o governo Dilma Rousseff, que teve uma brusca queda de popularidade e cuja resposta, apesar de correta, não reverteu a opinião pública e criou instrumentos que viriam expor a moeda que cimentava a aliança com o PMDB e o PP.

Em março de 2014 foi deflagrada a “operação lava-jato”, investigação originalmente destinada a apurar crimes de lavagem de dinheiro no Paraná. Um ano depois, a força tarefa de procuradores e policiais federais recebeu autorização da Procuradoria Geral da República para investigar 54 políticos que se beneficiariam de esquema de corrupção envolvendo obras contratadas pela Petrobrás. Chancelada pelo STF, a operação tornava pública a investigação sobre oito políticos do PT, oito do PMDB (incluindo os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros) e 32 do PP, entre outros. Em retaliação, o Congresso liderado pelo PMDB aprovou emenda constitucional que retarda a aposentadoria compulsória de juízes dos tribunais superiores e, na prática, impediu o governo Dilma Rousseff de nomear cinco novos ministros do STF até o final de seu segundo mandato.

Além dos problemas com a base e a exposição dos escândalos de corrupção, o governo Dilma Rousseff teve de lidar com o declínio da atividade econômica, crescimento da inflação e o esgotamento das políticas anticíclicas adotadas. Os setores do empresariado que antes apoiavam os governos petistas engrossaram as vozes da oposição, criticando o que definiam como desindustrialização do país e a elevação excessiva do salário dos trabalhadores. Ainda assim o governo foi capaz de se reeleger em 2014, embora por uma estreita margem. Após a quarta derrota eleitoral consecutiva, o PSDB, contudo, não aceitou o resultado. Inicialmente algumas de suas lideranças pediram recontagem de votos, progressivamente, foram adotando o discurso do impeachment.

Com o agravamento da crise econômica e da situação fiscal do país, o governo adotou medidas de “austeridade” profundamente impopulares, o que fez com que movimentos sociais e partidos de esquerda, inclusive setores do PT, criticassem severamente a política econômica adotada. O crescente insulamento do governo em relação a sua base no Congresso ficou evidente com a mobilização de Michel Temer para a articulação política em abril de 2015. Sua breve atuação acabou redundando na divulgação da famosa carta na qual explicitou o rompimento com a presidente em dezembro. Desde então, Temer passou a trabalhar pelo impeachment, cujo processo fora acolhido pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, alguns dias antes em resposta à recusa do PT em defendê-lo nas investigações. A aliança estava claramente desfeita.

É importante salientar o papel desempenhado pelo Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal neste processo. Desde a Constituição de 1988 estas corporações têm se capacitado e gozado de maior autonomia. Nos governos liderados pelo PT estes atores se empoderaram com a aprovação das leis antes referidas e, no caso da Polícia Federal, com maior orçamento. Seu engajamento nas investigações e julgamento de casos de corrupção, contudo, não permitem descreve-los como aliados dos governos petistas. Recrutados basicamente nos estratos superiores da classe média, partilham da percepção negativa deste segmento com relação aos governos do PT e, com frequência, à política como um todo. A atuação da “operação lava-jato”, com vazamentos seletivos de dados das investigações e depoimentos, acentuou o enfraquecimento do governo Dilma Rousseff face à opinião pública. Por outro lado, os militares, apesar das majoritárias inclinações conservadoras dos oficiais, não têm atuado como ator coletivo neste processo, decorrência do maior controle civil sobre as Forças Armadas desde a criação do Ministério da Defesa.

Ao perceber o enfraquecimento do governo (que apesar de ter viabilizado as investigações não conseguiu se descolar da imagem de corrupção) e o avanço das investigações da “operação lava-jato”, a liderança do PMDB (Temer e Cunha em especial) virou o partido contra o governo e desenhou uma nova aliança para garantir sua posição de partido chave no sistema político. Programas divulgados pelo PMDB, como o “Uma Ponte para o Futuro” apontam para a direção inversa daquela praticada pelos governos petistas: privatizações, flexibilização da legislação trabalhista, revisão do regime de exploração do petróleo, revisão das políticas sociais e estabelecimento de acordos de livre-comércio. O fato de suas principais lideranças estarem implicadas nas investigações de corrupção e engajadas no impeachment da presidente Dilma Rousseff sugere que, uma vez configurado o impeachment, as investigações serão, no mínimo, abafadas.

A retração da política externa brasileira e a repercussão internacional da crise

A política externa brasileira esteve sempre fortemente ligada ao modelo de desenvolvimento do país. Utilizando a nomenclatura de Amado Cervo, pode-se identificar que quatro grandes paradigmas organizam a inserção internacional política e econômica do Brasil (agrário, desenvolvimentista, neoliberal, logístico). O paradigma logístico seria a “etapa superior”, construída desde o final do governo Cardoso, mas que ganhou contornos mais definidos no governo Lula, no qual a política externa teve um papel central. Um dos grandes objetivos da política externa do governo Lula foi aumentar o poder de barganha em relação aos

países centrais, bem como desestimular as tendências unilateralistas dos EUA. De certa forma, o objetivo foi alcançado, pois se verifica que não se efetivou completamente a capacidade das grandes potências (sobretudo EUA) em desmontar as coalizões que eram contra seus interesses através das barganhas cruzadas e da cooptação de países menores. Enfim, ao reforçar suas alianças com países em desenvolvimento, o Brasil desvencilhou-se gradualmente da influência das potências tradicionais, proporcionando uma maior autonomia. Apesar do risco da dispersão e da paralisia por conflito de interesses, a *diplomacia multidimensional* manteve o equilíbrio entre flexibilidade e coesão, e se mostrou como estratégia adequada às transformações internacionais da última década e aos objetivos da política externa brasileira.

Apesar de suas realizações, este modelo encontra-se fragilizado. Baseado fortemente na promoção internacional de um grupo de empresas multinacionais sediadas no Brasil, as chamadas “grandes campeãs” nacionais, e na crença excessiva nas virtudes do empresariado nacional moderno e progressista, os reflexos da crise econômica atingiram fortemente a capacidade estatal e as bases de apoio nacional. Para piorar o cenário, alguns dos representantes do Estado Logístico foram presos, por denúncias de corrupção. Desde então, as forças conservadoras, os neoliberais, os setores rentistas, engrossaram o coro de críticas ao projeto de superar as históricas vulnerabilidades do país através do desenvolvimento econômico e social e de uma inserção internacional mais ativa. O impasse interno está refletido na política externa.

É inegável que a política externa do governo Dilma Rousseff tem escopo e resultados bem mais modestos que do governo Lula. Mas também é inegável que existem causas estruturais e conjunturais que ajudam explicar esta situação. O “retraimento” da política externa brasileira, sob Dilma Rousseff, tem como fundamentos: a) certo esgotamento do “ativismo diplomático” brasileiro desenvolvido na Era Lula; b) crise ou paralisia das negociações multilaterais (OMC e ONU); c) dificuldades econômicas em manter a cooperação Sul-Sul em patamar elevado; d) crise interna brasileira, tanto de ordem econômica como política; e) reflexos da primavera árabe, que alterou o jogo de forças na região e bloqueou algumas iniciativas para Oriente Médio e Norte da África; f) mudança contextual da América do Sul, fragilizando a integração.

A repercussão internacional da crise política brasileira é observável a partir das posições dos governantes, de personalidades estrangeiras, de Instituições e Organismos internacionais e também da mídia internacional. Em primeiro lugar, se observa que a mídia internacional tem repercutido negativamente o processo político de deposição de Dilma Rousseff, o que pode ser acompanhado em mídias de diversas tendências políticas (entre os quais New York Times, BBC, Financial Times, The Guardian, Página 12, El País, Le Monde, La Nación). A principal pergunta é “como uma presidente sem acusação de corrupção pode ser processada por um parlamento recheado de corruptos e liderado por um réu em processo de corrupção”? São inúmeros os veículos de comunicação que expressaram publicamente, em editoriais e também em matérias com correspondentes baseados no Brasil, que consideram o processo de impeachment no Brasil frágil juridicamente e contraditório. Por exemplo, no jornal turco Hurriyet, Gwynne Dyer classificou o impeachment de “ridículo”. A âncora da CNN, Cristiane Amanpour, ao entrevistar o jornalista

norte-americano baseado no Brasil, Glenn Greenwald, chamou o processo que estava ocorrendo no Brasil de uma “história inacreditável” e foi veio ao Brasil para entrevistar a presidente Dilma Rousseff.

Diversos governantes da América Latina têm se posicionado contra o processo de impeachment no Brasil. Os representantes de governos de esquerda têm se posicionado mais firmemente em denunciar um golpe, como Nicolas Maduro (Venezuela), Rafael Correa (Equador), Evo Morales (Bolívia). O Governo do Uruguai lançou nota oficial, revelando preocupação com os acontecimentos políticos no Brasil. O presidente liberal da Argentina, Mauricio Macri, tem mantido uma postura mais ambivalente, evitando compromisso em criticar o golpe. Outros governos latino-americanos como Chile, Colômbia e Paraguai tem tido posição mais moderada, evitando posicionamentos mais claros.

No dia 15 de abril, após encontro com a presidente Dilma Rousseff, em Brasília, o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos, o uruguaio Luis Almagro, publicou uma nota oficial, afirmando que “o impeachment constitui um ato de flagrante ilegalidade”. A crítica do representante da OEA foi acompanhada por posicionamento semelhante do secretário-geral da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), o colombiano Ernesto Samper. O representante do órgão sediado em Quito, no Equador, que representa 12 países sul-americanos, disse que “Aceitar que um mandatário possa ser tirado do cargo por supostas falhas em atos de caráter administrativo levaria a uma perigosa criminalização do exercício do governo por razões de índole simplesmente políticas”.

Uma condenação em instituições internacionais (como Mercosul, Unasul, OEA, ou Conselho de Direitos Humanos da ONU) poderia fragilizar politicamente o Brasil, mas não é de se esperar condenações mais fortes. O sistema internacional ainda é essencialmente conservador. A tendência da maioria dos governos é manter relações, mesmo com ditaduras, governos de exceção, pois a lógica prevalecente ainda é da soberania dos Estados. Entretanto, as crescentes forças transnacionais, de ativismo, de Direitos humanos, e correntes de opinião pública internacional têm exercido papel cada vez mais influente em seus governos, que evitam ter sua imagem associada com governos de baixa legitimidade. Da mesma forma, a baixa legitimidade de um novo governo no Brasil poderia prejudicar negociações internacionais em curso, bem como afastar alianças políticas e parcerias estratégicas.

Interesses internacionais em jogo

Desde o fracasso do golpe contra Hugo Chávez, em 2002, no qual os Estados Unidos apressadamente manifestaram apoio, a posição norte-americana tem sido de maior prudência em declarações. Nos casos de Honduras (2009) e Paraguai (2012), o governo norte-americano esperou a consolidação do processo para dar legitimidade pública para o novo governo. Nesse sentido, as preocupações norte-americanas residem em que o Brasil não vire foco de instabilidade, que os EUA não esteja associado publicamente a um processo com legalidade duvidosa. No plano político, há preocupação em Washington quanto a retrocessos institucionais no Brasil e na região. Entretanto, no plano econômico, os Estados Unidos têm interesse em um governo no Brasil disposto a rever o marco regulatório do petróleo e abrir o mercado doméstico às empreiteiras estadunidenses. Paralelamente, os EUA estão tentando contra-arrestar a crescente presença da

China e outras potências na região, buscando reafirmar sua hegemonia. Neste contexto, é patente que, se não chegou a ser problemático para os Estados Unidos a existência de governos petistas, a tentativa de reestabelecer a hegemonia regional pode ser facilitada com a queda dos governos com posicionamentos mais autônomos na região. O resultado das eleições norte-americanas e uma reorientação de sua política externa para América Latina podem acirrar mais a pressão sobre o Brasil e seus aliados na América do Sul.

A política externa brasileira em relação ao entorno regional tem como base o Mercosul e a integração sul-americana, criando um espaço para um exercício de liderança regional e credenciar o Brasil para atuação mais assertiva em fóruns globais. Dessa forma, não constitui interesse brasileiro um caminho solitário, desvincilhando-se dos vizinhos para alcançar acordos bilaterais fora do continente. Essa estratégia pode parecer sedutora, mas poderia acarretar a perda de importantes mercados para produtos industriais do Brasil, bem como abrir ainda mais a região para competidores extrarregionais.

A queda do governo Dilma Rousseff também pode enfraquecer os BRICS, considerado um entrave aos interesses globais norte-americanos. Mas há um acordo tácito nos BRICS, de evitar declarações sobre questões “internas”, e por isso há uma certa discrição nas opiniões sobre os acontecimentos brasileiros. Nesse sentido, embora os demais países membros dos BRICS tenham a preocupação com o futuro da participação brasileira no grupo, é perfeitamente explicável a posição de baixo-perfil que eles vêm mantendo sobre o tema.

Assim, muitas das parcerias estratégicas e grupos de coalizão de geometria variável, articulados pelo Brasil nos últimos anos, e que posicionaram o país mais perto do grande jogo das relações internacionais, correm risco de sofrer um retrocesso. Esse desengajamento, associado à diminuição da cooperação Sul-Sul, praticamente reduziria a presença internacional do Brasil para os parceiros tradicionais, retirando do Brasil capacidade de barganha e projeção, e dos países emergentes um importante aliado.

Desafios internacionais do “eventual” Governo Temer

Em ocorrendo o impeachment, a primeira questão do governo Temer seria enfrentar a desmoralização internacional e a baixa legitimidade do governo. Nesse contexto, melhorar a imagem do Brasil demandaria a mobilização do serviço diplomático, para minimizar a imagem negativa sobre o Brasil e sobre o grupo que estaria dirigindo o país. Seriam necessários também sinais claros do governo para retomar a confiança no país, tanto do ponto de vista da política econômica, como da política externa e da manutenção dos compromissos assumidos.

Depois, é de se esperar mudanças e ajustes. Temer teria dois caminhos. Uma opção seria aplicar o plano de governo derrotado nas urnas em 2014, representado essencialmente pela campanha de Aécio Neves. Nesse caminho, se buscaria maior aproximação com os Estados Unidos e com os países ricos em busca de um acordo de livre-comércio, o enfraquecimento do Mercosul, bem como o esfriamento das relações com o continente africano (por “contenção de recursos”), com os BRICS e com a cooperação Sul-Sul de forma geral. Essas opções estariam ideologicamente associadas aos grupos que retomariam o poder no Brasil, mas dissociadas dos interesses estratégicos do Brasil no novo milênio. O segundo caminho seria

evitar uma guinada na política exterior, revalorizando o Mercosul, mantendo a cooperação Sul-Sul, trabalhando os BRICS e IBAS como plataforma de inserção internacional, garantir a presença ativa do Brasil nos fóruns multilaterais e mantendo reservas com os novos acordos (Transpacífico e Transatlântico). Este segundo caminho estaria mais próximo da continuidade de uma política externa mais alinhada com os interesses estratégicos, mas teria um desalinhamento com a ideologia de inserção internacional do Brasil das elites tucanas e liberais. Essas definições dependerão também do desenho da coalizão que o PMDB liderado por Temer será capaz de articular e do papel ali desempenhado pelo PSDB.

Essa contradição de fundo pode indicar que os desafios da política exterior constituirão mais uma arena de debate e indefinições. De qualquer maneira, em política externa, não é possível retornar aos anos 1990, período do otimismo liberal, a não ser na forma de farsa, o que seria uma tragédia para a inserção internacional soberana. O tamanho do Brasil e suas responsabilidades não permitem um desengajamento das questões internacionais, nem uma mera política de “carona” em relação às grandes potências.

Considerações finais

No plano interno, o que está em questão não é um movimento pela ética, transparência ou republicanism que pretenda reformar as instituições políticas, mas sim uma reação conservadora às políticas progressistas dos últimos 13 anos que pretende implantar uma agenda derrotada quatro vezes nas urnas e barrar a efetiva investigação sobre as práticas de corrupção entranhadas no sistema político brasileiro.

No cenário regional, a mudança de conjuntura na América do Sul – as recentes eleições na Argentina, as eleições parlamentares na Venezuela, o referendun na Bolívia, as eleições no Paraguai (que sucedeu o *impeachment* relâmpago) indicam um novo giro político na região, que pode ter um impacto significativo nas instituições multilaterais regionais e no processo de integração. A ruptura do governo petista por uma aliança de centro-direita liberal teria um significativo impacto regional, e sua desestabilização interna poderia refletir no processo de integração, gerando desconfianças e reforçando conflitos.

No grande jogo global, a crise brasileira priva os defensores da multipolaridade e da cooperação Sul-Sul de um importante aliado. O desengajamento brasileiro das grandes questões globais reduzirá novamente a capacidade do país em defender seus próprios interesses e, ao mesmo tempo, colaborar para a construção da ordem internacional. A autonomia, objetivo maior da diplomacia brasileira, ficaria novamente fragilizada.

A deposição do governo Dilma Rousseff fragiliza a consolidação da democracia no Brasil e na região, uma vez que, em nome do combate à corrupção, atores fortemente associados a essas práticas utilizaram um recurso contábil para mover um processo de *impeachment* contra uma administração que adotou medidas concretas para coibir a corrupção. Entre estes atores não se observa iniciativas no sentido de propor reformas no sistema político, eleitoral ou mesmo de governança de empresas públicas ou privadas que resultem em avanços institucionais. O *impeachment* pode se mostrar, enfim, como forma de contornar

resultados eleitorais e de bloquear avanços institucionais numa região que convive com a democracia há apenas uma geração.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, n° 31, 1988.
- ARAÚJO, A.; COSTA, S.; FITTIPALDI, I. Boa noite, e boa sorte: determinantes da demissão de ministros envolvidos em escândalos de corrupção no primeiro governo Dilma Rousseff. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, vol. 22, n° 1, abril, 2016.
- CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. The fall: the international insertion of Brazil (2011-2014). **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 57, n. 2, p. 133-151, Dec. 2014.
- CERVO, Amado. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DYER, Gwynne. Brazil's corruption crisis. **Hurriyet (Istambul)**, 16 abril 2016, Acesso em <http://www.hurriyetaidailynews.com/brazils-corruption-risis.aspx?pageID=449&nID=97887&NewsCatID=418>
- GAMBINO, Lauren; WATTS, Jonathan. Dilma Rousseff in New York declares no grounds for impeachment. **The Guardian** (Londres), 23 abril 2016, acesso em <http://www.theguardian.com/world/2016/apr/23/dilma-rousseff-in-new-york-declaring-no-grounds-for-impeachment>
- GARZÓN, Baltazar. Ética política y Justicia en Brasil. **El País** – Espanha, 25 abril 2016. http://internacional.elpais.com/internacional/2016/04/25/actualidad/1461535629_475521.html
- JACOBS, Andrew. Fight to Impeach Brazil's Leader Tears at Fabric of Daily Life. NY Times, 15 abril 2016. Acesso em http://www.nytimes.com/2016/04/16/world/americas/fight-to-impeach-brazils-leader-tears-at-fabric-of-daily-life.html?ref=collection%2Ftimestopic%2FRousseff%2C%20Dilma&action=click&contentCollection=timestopics®ion=stream&module=stream_unit&version=latest&contentPlacement=13&pgtype=collection
- MILES KAHLER. Rising powers and global governance: negotiating change in a resilient status quo. **International Affairs**, 89: 3 (2013), p. 711–729.
- MIRANDA, David. The real reason Dilma Rousseff's enemies want her impeached. **The Guardian**, Londres, 21 abril 2016. Acesso em <http://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/21/dilma-rousseff-enemies-impeached-brazil>
- NARLIKAR, Amrita. Negotiating the rise of new powers. **International Affairs**, 89: 3 (2013), p. 561–576
- PEREIRA, C.; POWER, T.; RAILE, E. Presidencialismo de coalizão e recompensas paralelas: explicando o escândalo do mensalão. In: INACIO, M.; RENNÓ, L. (eds.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Minas Gerais: Editora da UFMG, p. 207-340, 2009.
- PIGNOTTI, Dario. Brasil elige hoy entre Dilma y un golpe blando. **Página 12**, Buenos Aires, 17 de abril de 2016. Acesso em <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-297141-2016-04-17.html>
- ROMERO, Simon e SREEHARSHA, Vinod. Dilma Rousseff Targeted in Brazil by Lawmakers Facing Scandals of Their Own. **New York Times**, 14 abril 2016. Acesso em http://www.nytimes.com/2016/04/15/world/americas/dilma-rousseff-targeted-in-brazil-by-lawmakers-facing-graft-cases-of-their-own.html?ref=collection%2Ftimestopic%2FRousseff%2C%20Dilma&action=click&contentCollection=timestopics®ion=stream&module=stream_unit&version=latest&contentPlacement=18&pgtype=collection

SARAIVA, Miriam Gomes. Balanço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 44, dez. 2014

SHOICHET, Catherine. Brazilian President Dilma Rousseff: 'I will be very sad' if I miss the Olympics. CNN, 28 abril 2016, <http://edition.cnn.com/2016/04/27/americas/brazil-president-dilma-rousseff-amanpour-interview/>

SILVA, André Luiz Reis. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, 37(1), 143-184. 2015.

Recebido em 6 de maio de 2016.

Aprovado em 12 de maio de 2016.

Resumo

Este artigo busca explicar as razões da recente crise política brasileira, que pode culminar com o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Através da análise dos interesses e da atuação dos principais agentes envolvidos na crise, busca igualmente verificar as repercussões internacionais e possíveis desdobramentos para a agenda externa do Brasil.

Palavras-chave: Brasil; Crise; Impeachment;

Abstract

This scenario analysis seek to explain the reasons to the recent Brazilian political crises, which may culminate in the impeachment of President Dilma Rousseff. Analyzing the interests and activities of the key players involved in the crisis, it seeks also to discuss the international impacts and possible consequences for the Brazilian international agenda.

Key-Words: Brazil; Crisis; Impeachment;